

## A MÃO-DE-OBRA AFRICANA NA ECONOMIA DO GRÃO-PARÁ\*

Sônia Viana do Nascimento\*\*

**RESUMO:** Este artigo enfatiza a força da mão-de-obra negra de origem africana no Estado do Grão-Pará, nos séculos XVII-XIX. Destacando a presença marcante da escravidão africana em meados do século XVIII, a partir da instalação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

**Palavras-chave:** Estado do Grão-Pará; Escravidão africana; Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; Séculos XVII-XIX.

A partir da obra de José Maia Bezerra Neto, “Escravidão Negra no Grão-Pará (Sécs. XVII-XIX)”, e de referência bibliográfica de Manuel Nunes Dias, “Fomento e Mercantilismo: A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)”, pretendemos demonstrar algumas características do processo histórico de ocupação e de desenvolvimento econômico do Estado do Grão-Pará.

Neste sentido, segundo a visão de José Maia, a historiografia tradicional definiu que nas terras do antigo espaço do Grão-Pará, a colonização se deu por meio do trabalho compulsório indígena, atrelado ao extrativismo das chamadas “drogas do sertão”.

De fato, não podemos desconsiderar a presença indígena no território amazônico e sua participação na extração dos produtos amazônicos, ao longo dos séculos XVII e XVIII, principalmente a partir das missões ou aldeamento e das fortificações militares. Contudo, restringir nossa compreensão sobre a ocupação e o “mundo” de trabalho edificado no Vale Amazônico apenas a influência indígena, configura-se numa leitura insuficiente da dinâmica social e

---

\* Artigo apresentado como requisito para obtenção de nota na disciplina Historiografia da Amazônia, ministrada pelo Professor Dr. Fernando Arthur (Faculdade de História/UFPA).

\*\* Aluna do curso de História, Bacharelado e Licenciatura, da UFPA.

econômica que se instaura na Amazônia Portuguesa, uma vez que no processo de conquista e ocupação da região amazônica, ocorreu o assentamento de uma sociedade organizada em torno de atividades agrícolas e criatórias destinadas ao mercado, explorando o trabalho escravo dos índios e, sobretudo o trabalho escravo de origem africana.

Nesta perspectiva, considerando as formas e condições em que se organizou a economia escravista nos territórios da antiga Província do Grão-Pará, busca-se cumprir o objetivo deste artigo, abordando questões pertinentes ao tráfico negreiro e ao tráfico interprovincial, bem como a economia escravista paraense, a partir de suas principais áreas de atuação.

### **O Tráfico Nегreiro entre o Grão-Pará e a África**

Para José Maia, em fins do século XVII e início do século XVIII, o percentual de cativos traficados entre a África e a Amazônia Portuguesa foram incipiente, constituindo em atividade irregular e modesta até a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778).

Essa realidade de incipiente comércio de escravos africanos, permitia que o sustentáculo da agricultura iniciada na colônia fosse erigida através do trabalho escravo indígena. Muito embora, houvesse a legislação metropolitana coibindo tal prática.

Á propósito da legislação metropolitana que proibia a escravização indígena, através da lei de 6 de junho de 1755, verifica-se a maior necessidade da mão-de-obra africana. Além disso, acrescenta-se o fato que nos anos de 1743 e 1750 a varíola vitimou parcela considerável da população indígena da parte mais baixa do Amazonas.

Neste contexto, demonstra José Maia através dos constantes reclames dos moradores abastados e proprietários de terras da capitania do Grão-Pará à Coroa, a necessidade de braços escravos para trabalhar nas lavouras

Assim, tendo em vista a necessidade da mão-de-obra negra na economia amazônica, Mendonça Furtado, responsável pela aplicação da política pombalina no Estado do Grão-Pará e Maranhão, busca resolver com a organização da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão dois problemas básicos: a insuficiência de mão-de-obra, com a regularização de escravos africanos, e a precariedade do transporte marítimo entre a colônia e Portugal, com a regularidade do referido trânsito.

Na percepção de José Maia, com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, ocorre uma entrada significativa de africanos no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Manuel Nunes Dias, ao desenvolver um estudo sobre a mencionada companhia, relata que: “A introdução da mão-de-obra africana no Estado do Grão-Pará e Maranhão era a razão principal da existência da Companhia”<sup>1</sup>.

Sendo assim, a presença escrava negra foi percebida principalmente, a partir da instalação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em meados do século XVIII. Sendo, portanto, relevante para o cultivo do cacau, cana-de-açúcar, tabaco, café, algodão, arroz e criação de gado bovino.

No entanto, José Maia esclarece que:

Na Amazônia Portuguesa já havia então uma economia comercial lastreada na exploração do cacau silvestre, em larga escala, e do cacau cultivado, em menor importância, que sustentava as ligações econômicas com a metrópole quando da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755. Igualmente desenvolvia-se na colônia outras atividades relativas ao cultivo de cana-de-açúcar, tabaco, café, algodão, arroz, bem como a criação de gado bovino, que seriam em maior ou menor grau beneficiados pela política pombalina, com o estabelecimento da Companhia Geral de Comércio<sup>2</sup>.

Deste modo, considerando esta assertiva, José Maia ao que parece não compartilha da idéia que expõe Manuel Nunes Dias, ao enfatizar que:

---

<sup>1</sup> DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – 1755-1778**, p. 459.

<sup>2</sup> BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra na Amazônia – sécs. XVII-XIX**, p. 27.

Sem a fecunda colaboração da empresa mercantil o extremo norte permaneceria, seguramente, ainda durante longo tempo na sua miséria, representada por um incipiente extrativismo vegetal e por arrastada agricultura itinerante e de subsistência<sup>3</sup>.

É provável que tais contrapontos nas obras em discussão, ocorram em função do contexto histórico em que os autores escrevem. Pois, como sabemos Manuel Nunes Dias, conclui o livro: “Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)” em 1970. Ao passo que José Maia, redige sobre a “Escravidão Negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX) em 2001.

### **O Tráfico Interprovincial**

De acordo com José Maia, cessado o tráfico negreiro entre o Grão-Pará e as praças africanas, em 1834, o mercado de escravos negros seria alimentado por meio do tráfico interprovincial. Que se fazia notar a partir das rotas provinciais do Império brasileiro. Onde se conclui que a necessidade da economia amazônica por escravos negros seria realizada através do tráfico interno, via principal porto de entrada da Região Amazônica, ou seja, a cidade de Belém do Pará.

Sobre essa questão, José Maia, chama atenção para a necessidade de relativização da historiografia tradicional, que considera o tráfico interprovincial apenas no sentido norte-sul, ou periferia centro rumo as fazendas de café. Segundo ele, embora seja expressivo o número de trabalhadores escravos para o Centro-Sul, essa transferência não pode ser entendida apenas nesta direção. Haja vista, que o tráfico interno entre a Província Paraense, particularmente com os Portos do Sul (Rio de Janeiro e escalas) permite pensar numa rota de escravos com a cidade de Belém do Pará.

### **A Economia Escravista na Província Paraense**

---

<sup>3</sup> DIAS, Manuel Nunes, *op. cit.*, p. 76.

Foi na segunda metade do século XVIII, como já podemos observar que a força da mão-de-obra negra de origem africana assume proporção significativa na Amazônia colonial, passando a ser empregado em diversos ofícios, indo desde o trabalho na lavoura a atividade de vendedor ambulante, artesão etc.

Neste sentido, as áreas em torno de Belém; pela região do Baixo Tocantins; pelo território do Amapá; pelo arquipélago do Marajó; pelas terras do Baixo Amazonas; e, pelo nordeste paraense; na zona fronteira com o Maranhão, configuram-se em espaços onde o trabalho escravo de origem africana esteve presente, nos setores agrícola, pecuário e ainda em alguns lugares nas fortificações militares com maior ou menor grau de importância dentro da economia amazônica, ao lado do trabalho de indígena e mestiço livres.

A densidade populacional de escravos africanos começa a sofrer um decréscimo em meados do século XIX, verificada particularmente na capital paraense, à medida que aumentava o coeficiente representado pelas pessoas livres.

A respeito desta queda na demografia escrava na capital paraense, José Maia pontua que esta diminuição, ao que parece não se verifica da mesma maneira nas demais cidades, vilas e regiões da Província que ainda apresentava um expressivo contingente de escravos em fins do século XIX.

Em síntese, em face da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, nos anos de 1755-1778, percebe-se uma nova densidade demográfica nos territórios do Grão-Pará, a partir da introdução substantiva de escravos africanos, que se constituirá em mão-de-obra relevante para o desenvolvimento econômico do referido território.

## REFERÊNCIAS

DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: UFPA, 1970

BEZERRA NETO, José Maia. **Escavidão Negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.